

O Realismo Crítico e seus oponentes

José Ricardo Fucidji

RESUMO: Apesar da crescente literatura sobre realismo crítico em metodologia econômica, uma reflexão sobre suas possibilidades e limites ainda é rara entre os metodólogos brasileiros. Este trabalho contribui para preencher essa lacuna. Sua preocupação central é apresentar os aspectos distintivos e a relevância do realismo crítico. São apresentadas as origens do realismo crítico no realismo científico; a localização do realismo crítico de Lawson na metodologia econômica; e várias abordagens metodológicas alternativas (as de Hausman, Cartwright, Mäki, McCloskey, Boylan e O’Gorman e Rosenberg). Argumenta-se que (i) as diferenças entre realistas radicam nos compromissos ontológicos de cada abordagem; e (ii) a relevância do realismo crítico para a teoria econômica está relacionada ao seu compromisso com uma ontologia social de sistemas abertos, estruturada, internamente relacional e intrinsecamente dinâmica.

Palavras-Chave: Filosofia da Ciência, Metodologia Econômica, Realismo Crítico

ABSTRACT: In spite of growing literature on critical realism in economic methodology, there yet is scanty reflection on its possibilities and limitations by Brazilian methodologists. This paper aims to contribute to fill that gap, focusing on the distinctive features and relevance of critical realism. We briefly present the origins of critical and scientific realisms, the place of Lawson’s critical realism in economic methodology, and several alternative “realist” approaches (those of Hausman, Cartwright, Mäki, McCloskey, Boylan and O’Gorman and Rosenberg). We sustain that (i) the differences among “realisms” is rooted in their ontological commitments; and (ii) the relevance of critical realism for economic theory is bound up its commitment to an structured, internally-related, and intrinsically dynamic open-systems social ontology.

Key Words: philosophy of science, economic methodology, critical realism

Área Temática: 01 – Metodologia e Caminhos da Ciência

RESUMO: Apesar da crescente literatura sobre realismo crítico em metodologia econômica, uma reflexão sobre suas possibilidades e limites ainda é rara entre os metodólogos brasileiros. Este trabalho contribui para preencher essa lacuna. Sua preocupação central é apresentar os aspectos distintivos e a relevância do realismo crítico. São apresentadas as origens do realismo crítico no realismo científico; a localização do realismo crítico de Lawson na metodologia econômica; e várias abordagens metodológicas alternativas (as de Hausman, Cartwright, Mäki, McCloskey, Boylan e O’Gorman e Rosenberg). Argumenta-se que (i) as diferenças entre realistas radicam nos compromissos ontológicos de cada abordagem; e (ii) a relevância do realismo crítico para a teoria econômica está relacionada ao seu compromisso com uma ontologia social de sistemas abertos, estruturada, internamente relacional e intrinsecamente dinâmica.

1. Introdução

Este trabalho discute a relação do realismo crítico com outras abordagens meta-teóricas que têm aparecido na literatura sobre metodologia econômica. Sua principal proposição é que o realismo crítico é fecundo para pensar os componentes do mundo (o “mobiliário ôntico”) presentes nas teorias econômicas. A partir da reflexão ontológica, as teorias econômicas podem ser consideradas úteis (ou não) para tratar os problemas a que se propõem. Colocando em outros termos, os realistas críticos sustentam que a caracterização ontológica das entidades teóricas *precede* a discussão epistemológica a respeito das teorias. Para sustentar essa proposição – além de desfazer algumas confusões a respeito do realismo crítico –, o trabalho está organizado como segue. Na seção 2, são apontadas as origens e as correntes realistas em filosofia da ciência. Na seção 3, são apresentadas várias abordagens alternativas ao realismo crítico (Mäki, McCloskey, Boylan e O’Gorman) e avaliações (Hausman, Cartwright e Rosenberg) do estado atual da ciência econômica. O fio condutor dessa exposição é o argumento de que o realismo (ou melhor, os compromissos ontológicos) importa e é isto que diferencia estas abordagens, tanto entre si como de outras abordagens metodológicas (referidas aqui apenas de passagem, tais como o falseacionismo e o construtivismo social).

2. A filosofia realista nas ciências naturais e na economia

2.1. Da “visão recebida” ao realismo científico

A discussão sobre o realismo teórico resulta da crise da epistemologia popperiana na década de 1960. Ela começa com os trabalhos de Thomas Kuhn e Imre Lakatos e avança, na década de 1970, com os trabalhos de Larry Laudan e, noutra vertente, Paul Feyerabend e Richard Rorty (ver Pheby, 1988; Hausman, 1994; Hands, 2001, caps. 3-4). Assim, pode-se adotar como ponto de

* O autor deseja agradecer os comentários de David Dequech, isentando-o de responsabilidade sobre as deficiências remanescentes.

** Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Comentários são bem-vindos. Email: jrfucidji@fclar.unesp.br.

partida dessa discussão um aspecto comum a todas as abordagens: a rejeição da epistemologia popperiana e de sua metodologia prescritiva como um *benchmark* de “boa ciência”.¹

As proposições metodológicas de Popper foram apresentadas primeiro em *Lógica da Descoberta Científica* (1935) – mas que só foi publicado em língua inglesa em 1959 – e *Conjecturas e Refutações* (1963), que representa um amadurecimento das opiniões do autor, surgindo aí vários Poppers (Lakatos, 1970; Caldwell, 1991; Marin e Fernández, 2004). Entre 1935 e 1963 Popper escreveu um Pós-Escrito à *Lógica*, editado por seu aluno William Bartley III. A partir de dois desses volumes (*viz.*, Popper, 1982, 1983) e Popper (1990), esforços têm sido feitos para interpretar Popper como alguém próximo ao realismo crítico (Runde, 1996; Lawson, 2002; Cruickshank, 2004; 2005).

Na abordagem mais conhecida, porém, a metodologia popperiana é uma combinação da aplicação da lógica dedutiva ao tratamento dos itens teóricos (proposições, hipóteses) com um critério empiricista de validação das teorias (Popper, 1963: 86-88; ver a discussão mais ampla do desenvolvimento do pensamento de Popper em Caldwell, 1982, cap. 4). Ela rejeita o empirismo devido ao “problema da indução”²; portanto, as proposições teóricas devem ser tratadas de acordo com a lógica interna às relações entre as sentenças – o modelo dedutivo-nomológico (D-N) de Carl Hempel –, mas o passo decisivo é submeter tais proposições à refutação. A avanço científico (se existir) decorrerá do falseamento de teorias errôneas³ quando contrastadas com os dados empíricos. Duas observações devem ser retidas: (a) o *critério definitivo* de validação de uma teoria é a realidade empírica; (b) não existe uma solução para os problemas da indeterminação do teste empírico e da contaminação das “observações” pelas concepções teóricas do observador (*theory-ladenness*) na realização do teste (ver a discussão mais extensa em Hands, 2001, cap. 3).

Independentemente do caráter corrosivo do falseacionismo (nota 3), a observação (b) acima, feita primeiro por Pierre Duhem em 1914, ganhou relevância a partir do ensaio de Willard Quine (1953), no que ficou conhecido como o “problema de Duhem-Quine”, que deu origem a uma série de novos desdobramentos. Eles incluem (i) a demonstração de que, *no registro histórico*, os cientistas não seguem as prescrições popperianas e que a ciência não avança de acordo com essa “lógica” de conjecturas e refutações (Kuhn, Feyerabend); (ii) a tentativa de amenizar os critérios de

¹ Portanto, a crítica da metodologia popperiana não será feita nesse trabalho, apesar da importância (tardia) que assumiu na discussão da metodologia em economia. Ver a respeito Backhouse (1994), que é uma coletânea devotada a apresentar as novas direções da metodologia econômica que amadureceram durante a década de 1980 e a resposta dos “popperianos não arrependidos” (como Hutchison e Blaug) aos desafios que lhes foram lançados.

² Uma discussão valiosa do problema da indução e sua relação com a metodologia de Keynes é apresentada em Pheby (1985).

³ Note-se, porém, que isso impõe uma fraqueza ao falseacionismo: as teorias nunca podem ser consideradas “verdadeiras”; elas são, provisoriamente, “não-falsas”. Tentativas sucessivas de falseamento devem ser feitas com o intuito não de corroborar (o que significaria um recuo ao erro verificacionista suscetível ao “problema da indução”), mas de aumentar o grau de verossimilhança das teorias. Esta metodologia, se estritamente seguida, seria mais “destrutiva” aos resultados da ciência, do que o contrário (ver Sayer, 1992).

falseamento, aceitando e incorporando uma dimensão “sociológica” à prática científica (Lakatos, Laudan e, numa vertente relativista, David Bloor e Bruno Latour); (iii) a adoção de uma orientação mais pragmática em relação à teoria e prática científica (Feyerabend, Rorty, Michael Scriven, Bas van Fraassen) inspirando, posteriormente, as abordagens retórica e axiomática em economia; e (iv) o desenvolvimento de abordagens realistas por Richard Boyd, Nancy Cartwright, Wilfrid Sellars, e Ron Harré. Este último desenvolvimento é o foco do presente trabalho.

O realismo filosófico começa com dois problemas (i) o desconforto com os itens “não-observáveis” presentes nas teorias científicas – e que, em alguns casos, são cruciais para a explanação (quarks, fótons, buracos negros, campos gravitacionais) – na metodologia popperiana e no empirismo lógico; (ii) o status cognitivo das teorias científicas, isto é, a discussão das credenciais da ciência como veículo de conhecimento sobre o mundo (em contraste, por exemplo, com o senso-comum). O primeiro seria uma crítica a Popper; o segundo, uma resposta aos problemas da indeterminação e da *theory-ladenness*.

Existe uma variedade de correntes realistas (Nola, 1988), mas um ponto comum a todas elas é a proposição de que exista uma realidade objetiva exterior ao cientista.⁴ Vale dizer, um “requisito mínimo” para ser realista é afirmar que existam alguns itens objetivamente, independentemente da construção teórica dos cientistas e que as teorias científicas as representam (Mäki, 1989, 1996; Niiiniluoto, 1999: 9-20). A importância desse critério realista está relacionada à observação (a) acima, sobre a filosofia da ciência popperiana. Pois embora Popper (1983: 112-8) e seus seguidores aceitem que o objetivo da atividade científica é explicar o mundo, sua noção de explanação é muito restritiva. Na verdade, ela descende do ceticismo de Hume de que a noção de causalidade pudesse ser percebida na realidade. Segundo Hume, a causalidade é um “hábito psicológico” gerado na mente humana pela repetição de feitos após um dado evento. Isso, contudo, não permite afirmar, por si, que existam relações causais necessárias entre os eventos; a única possibilidade científica é a identificação de *conjunções constantes entre eventos isolados*. Os eventos, conforme dados à percepção sensorial são tudo o que temos, tanto em Hume como em Popper⁵. Assim, a “ontologia humeana” (Lawson, 1997a) e a “filosofia da ciência positivista” (Peter, 2001) implícita à essa ontologia, resolvem o problema do ceticismo epistemológico, fazendo a realidade esgotar-se nos eventos empíricos. Toda realidade é reduzida àquilo que pode ser conhecido – e toda metafísica é

⁴ Mäki (1996) aponta que a tese de “realidade independente da mente” dos realistas não se aplica às ciências (como a economia) em que muitos itens teóricos são mentais. Ele propõe, então, substituir a tese de “realidade independente” pela de “realidade exterior” à mente, no sentido de que as teorias tenham restrições objetivas.

⁵ A noção popperiana de que existam três mundos (o mundo físico, o mundo inconsciente, das emoções e reações, e o das construções mentais) não nos deve confundir: as evidências (empíricas) não deixam de ser o critério de validação, nem a forma dedutiva de explanação as condições de progresso científico no pensamento de Popper. Apesar das diversas leituras recentes de Popper, que o distanciam do positivismo e o aproximam do realismo, minimizam a importância do falseacionismo e destacam outros aspectos de sua filosofia da ciência (explanação como solução de problemas, racionalismo crítico, propensões e probabilidades).

“atirada às chamas” como não-científica. Roy Bhaskar (1975: 36) chama esse procedimento de “falácia epistêmica”.

Embora alguns realistas rejeitem o “realismo metafísico” e continuem a trabalhar nas linhas dos graus de corroboração e verossimilhança definidos por Popper como a forma de avaliar o realismo das asserções teóricas (i.e., verdade como correspondência com a realidade) – como é o caso dos “realistas de Helsinki”, como Raimo Tuomela e Ilka Niiniluoto – os chamados “realistas científicos” (e.g. Hilary Putnam⁶, Jarrett Leplin, Nicholas Rescher, Ian Hacking e Philip Kitcher), forneceram argumentos, a partir da década de 1970, que permitem caminhar no sentido da noção *realista crítica* de realidade estruturada em mais de um nível.

O primeiro argumento é a “inferência da melhor explicação” de Boyd, também conhecido como o “argumento do não-milagre” de John Worral. As teorias científicas demonstram um notável sucesso quando aplicadas a problemas concretos. Tal sucesso não seria inteligível se as entidades teóricas (incluindo as não-observáveis) não existissem objetivamente. Se a existência objetiva de itens não-observáveis é uma condição necessária de sucesso científico, a realidade deve ser composta de itens que estão além do nível empírico. Dessa forma, os realistas científicos, como Putnam e Leplin, ao definirem a teoria causal dos referentes teóricos, afirmam que na natureza, a realidade dos objetos é determinada por suas propriedades essenciais; a realidade dos referentes teóricos, por outro lado, só pode ser inferida por seus efeitos. Eles assumem, desde logo, uma postura falibilista a respeito dos referentes teóricos, uma vez que a existência dependente da causalidade é atribuída pelos teóricos (Leplin, 1988: 500). O segundo argumento é o de que, longe de ser uma atividade passiva, de coleção de percepções, o trabalho científico é uma *intervenção* no mundo natural (Hacking), através das práticas experimentais. As regularidades empíricas não existem espontaneamente na natureza, mas são obtidas em laboratório. Isto inspira tanto o realismo científico quanto o realismo crítico a interpretar as regularidades empíricas como *tendências*, isto é, propensões dos eventos a se comportarem de determinada forma, mas que podem não se materializar pela interposição de fatores contra-atuantes.

Os dois problemas que originaram a filosofia realista a partir do enfraquecimento da “visão recebida” (Hands, 2001: 118) estão na verdade relacionados: o realismo científico, ao fornecer o argumento do não-milagre incorporou os itens não-observáveis como componentes válidos das teorias científicas. Ao mesmo tempo, o argumento do não-milagre mostra a superioridade do método científico sobre o “realismo de senso-comum”. Da mesma forma, as noções de regularidades como tendências e de “verdade aproximativa” (viz., as teorias são *referentes*, a cada passo mais próximas, da realidade objetiva), permitem que o cientista aceite sem dificuldades os

⁶ É necessário alertar que o jovem Hilary Putnam desenvolveu trabalhos realistas e adotou, nos trabalhos de maturidade, uma postura relativista.

problemas da indeterminação e da *theory-ladenness* dos testes empíricos. O realismo científico também é falibilista⁷. Nesse caso, a diferença entre as filosofias popperiana e realista está em que a explanação se move das conjunções constantes de eventos (regularidades) (no primeiro caso) para as tendências operativas na causação de tais conjunções (que dependem da “forma como o mundo deve ser tal que _____”, no segundo caso).

2.2. Do realismo científico ao realismo transcendental

O realismo transcendental é uma continuidade, em certa medida, dessa corrente realista; em outro sentido, é um afastamento, na medida em que infere, da filosofia das ciências naturais, as proposições para uma teoria realista da ciência social (Bhaskar, 1975, 1979). Bhaskar reconhece como principal antecedente de sua postura teórica as críticas de Harré à teoria da causalidade do empirismo lógico. Segundo ele, tais críticas demonstraram a *insuficiência* do critério de causalidade como conjunção constante de eventos (Hume), da noção de explicação como equivalente à predição (a “tese de simetria” de Hempel) e de redução de uma ciência à outra (a “tese monista” de desenvolvimento das ciências, de Nagel) para o estabelecimento de *leis científicas* (Bhaskar, 1998: xi). De acordo com Harré, a teoria causal da referência fornece uma explicação genuína dos fenômenos, ao introduzir a noção de *necessidade natural*. Se os entes na natureza são definidos por suas propriedades essenciais, seus referentes teóricos revelam suas *tendências* ou *capacidades* (Cartwright). Sumariando, as características definidoras do realismo científico são: (i) a proposição de que as sentenças teóricas são verdadeiras ou falsas (contra o instrumentalismo); (ii) isso é assim em virtude da forma como o mundo é (contra o relativismo); (iii) a existência dos objetos é independente de condições epistêmicas (contra o empiricismo); mas (iv) as propriedades essenciais dos objetos são cognoscíveis (contra o idealismo). O realismo transcendental de Bhaskar é uma variante do realismo científico, adicionando o uso de argumentos transcendentais e a proposição de uma realidade estratificada.

O uso da palavra “transcendental” não deve causar desconforto: trata-se de uma argumentação que parte de algum objeto ou fenômeno de interesse (*explanandum*) para a inquirição de suas condições de possibilidade *com termos além dos já contidos nos explanans* – em outras palavras, parte-se de um objeto ou regularidade para a tentativa de imaginar um conjunto de condições que, se puder ser considerado verdadeiro *ex posteriori*, explica a ocorrência do objeto ou

⁷ Deve ser ressaltado que a filosofia realista não se propõe a fornecer uma teoria fundacionista da realidade, como pensam alguns críticos (Boylan e O’Gorman, 1997: 11-2). Muito menos que sua representação seja de alguma forma definitiva, como parecem pensar os relativistas (McCloskey, 1995: 1320; Fernández, 2003). O adjetivo “objetivo” diz respeito à realidade externa à teoria, contra a qual as construções teóricas são avaliadas e modificadas (crenças mantidas como verdadeiras no passado, como a astronomia ptolomaica, mostraram-se, dado o avanço do conhecimento sobre o mobiliário ôntico do mundo, posteriormente falsas; ver Lawson, 1997a: 50, 58-9, 238-9). As teorias válidas “referem-se” corretamente à realidade (ver a seção 2.3 *infra*).

regularidade – o método de *inferência abdutiva* (ou retrodutiva) de Peirce⁸. Na origem, o argumento transcendental foi utilizado por Kant, mas Bhaskar tem três diferenças em relação a Kant: (a) Kant não acreditava que os mecanismos geradores dos eventos (as tais condições de possibilidade) existissem na realidade; antes pelo contrário, a mente humana é que os impunha para ordenar o fluxo dos eventos; (b) o argumento transcendental, além de idealista, é individualista, pois resulta da introspecção individual; (c) Kant acreditava num realismo transcendental no sentido em que negava a possibilidade de descoberta de mecanismos geradores com existência independente da mente; tais estruturas eram incognoscíveis. No realismo transcendental de Bhaskar, pelo contrário, (a') as práticas científicas sociais são o ponto de partida (não individualista); (b') a teoria causal da referência permite afirmar a existência independente da mente, dos mecanismos geradores dos eventos; (c') os métodos experimentais ou a pesquisa empírica em geral permitem a detecção de estruturas e mecanismos subjacentes aos eventos e que os governam (Collier, 1994: 20-30).

A análise de Bhaskar (1975) das condições de possibilidade das ciências naturais começa pela discussão das atividades experimentais. As chamadas leis científicas, diz Bhaskar, são obtidas em condições experimentais. Isto quer dizer que uma intervenção humana na natureza cria uma situação laboratorial na qual um determinado fenômeno é estudado e a partir daí algum mecanismo causal explicativo é isolado (todos os outros mecanismos causais são, nestas condições, suspensos) de tal forma a obter uma regularidade empírica entre o fenômeno e o mecanismo causal que o gera. Ora, se isso é assim, criam-se imediatamente “tensões ontológicas”: (a) as regularidades empíricas não existem na natureza, sendo um resultado da atividade experimental (uma implicação absurda é que as leis da natureza são, na realidade, criadas pelo homem); e (b) nos ambientes naturais, i.e., fora do laboratório, os resultados das pesquisas científicas continuam a ser válidos (o que seria inexplicável). A partir dessa análise, Bhaskar deriva algumas implicações, que serão importantes para a concepção realista transcendental.

Em primeiro lugar, o fato de que as regularidades empíricas não existem (ou são raras) espontaneamente na natureza é uma crítica à visão humeana de causalidade. Simplesmente não há, talvez excetuando a mecânica celeste, regularidades empíricas a serem registradas. Em segundo lugar, o sucesso das teorias científicas explicativas fora dos ambientes experimentais denota que tais atividades conseguiram, efetivamente, encontrar os mecanismos causais responsáveis pelo fenômeno de interesse (caso contrário, diria Worral, o sucesso científico seria um milagre). Para dar sentido à atividade experimental é necessária a introdução da noção de sistemas abertos e fechados. Um *sistema fechado*, diz Bhaskar (1975: 73-76; Sayer, 1992: 112-114), satisfaz a duas condições: (i) *a condição extrínseca de fechamento* – o objeto ou sistema é efetivamente isolado de influências

⁸ Ver Lawson (1997a: 212). Ironicamente, Peirce é considerado a matriz filosófica do antigo institucionalismo americano (Mirowski, 1989) e também dos relativistas (McCloskey, 1985).

externas, ou tais influências permanecem constantes; (ii) a *condição intrínseca de fechamento* – a estrutura interna do sistema ou objeto é inexistente ou constante. Se alguma dessas condições não for satisfeita, teremos um *sistema aberto*.

De acordo com Bhaskar, a situação experimental é um sistema fechado. Os objetos do conhecimento científico natural podem ser satisfatoriamente isolados de influências externas e sua estrutura interna é constante. Na natureza, no entanto, tais objetos estão em um sistema aberto, onde possivelmente diversos outros mecanismos causais atuam sobre o objeto e, não obstante, os resultados experimentais continuam válidos. Isso é possível porque se a empresa for bem-sucedida, os mecanismos causais identificados no sistema fechado serão dominantes sobre os mecanismos contra-atuantes nos sistemas abertos⁹. Isso leva à concepção de realidade estratificada (possibilitando o aparecimento de propriedades emergentes dos objetos) e diferenciada.

No realismo transcendental, a suposição básica é que, se os mecanismos causais geradores dos eventos não podem ser empiricamente identificados, sendo necessária a montagem de uma estrutura experimental para isolá-los – e, para sustentar que eles continuam atuantes em sistemas abertos apesar de mecanismos contra-atuantes –, então tais mecanismos devem estar situados num nível (ou estrato) da realidade além do empírico. Assim, além do uso de argumentos transcendentais, o realismo de Bhaskar é transcendental também no sentido de supor uma realidade metafísica, composta de três estratos¹⁰: no primeiro estrato, mais próximo da superfície, estão os fenômenos conforme eles são percebidos pelos sentidos; logo, esse é o *nível empírico*, que diz respeito à forma como percebemos ou interpretamos os eventos factuais. No segundo nível estão os próprios eventos factuais, notando-se que este nível é mais amplo e não necessariamente corresponde à forma como os percebemos (o exemplo seria um gol conforme percebido pelos torcedores do time adversário; sua percepção do evento factual é diferente da percepção dos torcedores do time que o marcou). Esse é o *nível factual*, que Bhaskar (1998: xxii) em suas obras posteriores associa à *verdade alética*, “os fenômenos como eles são”. Sob o nível factual estão os mecanismos geradores dos eventos factuais que, em sistemas abertos, operam transfactualmente, isto é, apesar de o resultado factual ser atenuado ou até anulado por mecanismos causais contra-

⁹ O exemplo utilizado por Lawson (1997a: 22ss), é o de uma folha seca. Na natureza, não podemos observar diretamente a ação da gravidade sobre uma folha que cai no outono, pois diversas outras forças, térmicas e aerodinâmicas, por exemplo, atuam sobre a folha, fazendo-a flutuar, voar para um telhado ou eventualmente cair no solo. Não obstante, em situações experimentais produz-se vácuo e a trajetória da folha corresponde ao padrão esperado. Na natureza, embora a trajetória factual da folha não seja a esperada, a força gravitacional continua atuando sobre ela, não empiricamente, mas *transfactualmente*.

¹⁰ Como dito anteriormente, nem todos os realistas científicos subscrevem essa tese metafísica. Os “realistas de Helsinki” se propõem a pensar uma ontologia sem metafísica (ver Niiniluoto, 1999: v-xi). Leplin (1997) propõe uma forma minimalista de realismo científico que não implica compromissos metafísicos. Mäki (2000) nega que as teorias econômicas contenham itens não-observáveis. Contudo, diversas abordagens teóricas em economia, mesmo não adotando o “rótulo” de realismo transcendental ou crítico, concebem a existência de uma realidade mais essencial ou profunda sob a superfície dos fenômenos. Os exemplo envolvem autores tão díspares como Marx e Hayek.

atuantes. Tais *mecanismos* operam porque os objetos têm *estruturas*, isto é, são compostos (ou organizados) de determinada forma que lhes capacita ou dota de *potências* para que determinados eventos factuais se manifestem. A atuação de mecanismos contra-atuantes sobre o mesmo evento faz com que, embora os mecanismos e potências operem transfactualmente, os resultados factuais se manifestem apenas como *tendências* de tais mecanismos e potências. Bhaskar propõe que é assim que devemos interpretar as leis científicas¹¹. No realismo transcendental, uma tendência se manifesta em virtude da natureza dos objetos, dos mecanismos causais subjacentes que acionam suas potências, não importando os eventos factuais que se sigam. Bhaskar denomina de *nível profundo ou real* ao *locus* dos mecanismos, estruturas, potências e tendências dos objetos reais.

Além disso, Bhaskar distingue duas dimensões da realidade: a *dimensão transitiva*, do conhecimento e das práticas sociais em geral – que pode ser modificada ou negociada (conscientemente ou não) pelos agentes sociais – e a *dimensão intransitiva*, dos objetos que existem e agem independentemente de condições epistêmicas. Por exemplo, se a raça humana desaparecesse, a dimensão transitiva, por depender da agência humana, deixaria de existir. Mas a dimensão intransitiva, que existe e opera de forma independente da agência humana, continuaria a existir.

Em suma, o realismo transcendental é uma crítica sustentada tanto ao “empirismo raso” da filosofia da ciência tradicional, quanto ao relativismo ou idealismo das correntes pós-modernas, em que o problema da “variância de significado” dos referentes (refutado pela teoria causal de Putnam e Leplin) e a concepção de que a realidade é uma imposição de conceitos ao mundo leva à negação da existência independente da realidade objetiva¹². Se o realismo transcendental partiu da crítica à insuficiência da teoria positivista da explanação (baseada em conjunções constantes de eventos), Bhaskar (1998: xi) agora pode afirmar que tais condições não são sequer necessárias. Fornecer uma boa explanação é redescrever os objetos ou eventos de interesse em termos de suas estruturas e mecanismos – o que pode ser feito tanto para uma seqüência de eventos, quanto para um evento isolado¹³. Mas tudo isso se aplica às práticas das ciências naturais. Se e como este esquema pode ser aplicado às ciências sociais é o objeto do próximo item.

¹¹ Lawson (1997a: 23) chama a atenção para o fato que a noção de tendência no realismo transcendental é distinta das noções usuais na teoria econômica (de “centros de gravidade”, de valores médios, normais, de longo prazo, ou de eventos contra-factuais). Na verdade, as tendências continuam operando num nível mais profundo da realidade, apesar de sua eventual não-manifestação no nível factual. De acordo com Bhaskar (1998: xii), potências e tendências podem ser “possuídas, mas não exercidas, exercidas mas não factualizadas, factualizadas mas não percebidas”. Negar isso é cometer a “falácia do factualismo”.

¹² Valem as observações de Paul Churchland e Wilfrid Sellars, conforme citadas por Boylan e O’Gorman (1995: 92) de que: “a excelência de uma teoria pode ser medida por sua ontologia” (Churchland, 1979: 43) e que “ter boas razões para sustentar uma teoria é *ipso facto* ter boas razões para sustentar que as entidades postuladas pela teoria existem” (Sellars, 1962: 97).

¹³ Cartwright (1989: 2-3) dá o exemplo das aspirinas. Não é preciso uma seqüência repetida para identificar as capacidades de uma aspirina em aliviar dores de cabeça. Em função de suas propriedades intrínsecas, elas o fazem tanto em um único caso, quanto em uma longa série deles.

2.3. Do realismo transcendental ao realismo crítico

A inquirição das condições de possibilidade das atividades científicas sociais é uma tarefa difícil, conforme notou Benton (1981: 181), pois a pergunta de Bhaskar “O que torna as atividades científicas [naturais] possíveis?” não pode ser utilizada para analisar as ciências sociais. A questão é justamente saber se tais práticas científicas *existem*. Portanto, Bhaskar (1979) faz um percurso diferente: primeiro apresenta o que ele pressupõe ser a ontologia da sociedade, para daí deduzir possibilidades e limitações para a análise científica social, contrastando-a com as ciências naturais (as “possibilidades de naturalismo”). A ontologia social de Bhaskar é resumida pelo próprio autor nos seguintes termos:

“A concepção realista crítica enfatiza que a sociedade é tanto (a) pré-existente e condição (transcendental e causalmente) necessária para a agência intencional (o insight de Durkheim) quanto (b) existe e permanece apenas em virtude dessa agência. Nesta concepção, a sociedade é condição e resultado da agência humana que reproduz e transforma a sociedade. Entretanto, há uma assimetria importante aqui: em qualquer ponto do tempo a sociedade é *dada* aos indivíduos, que nunca a criam, meramente a reproduzem ou transformam. O mundo social é sempre pré-estruturado. Esta é a grande diferença entre o *modelo transformacional de atividade social* de Bhaskar e a teoria da estruturação de Giddens, que Margareth Archer [1995: 65-92] sublinha” (Bhaskar, 1998: xvi; *itálicos adicionados*).

Bhaskar parte das teorias sociológicas de Émile Durkheim e Anthony Giddens para conceber a vida social como um sistema de posições (a localização do agente na hierarquia social, bem como seu status quando ocupa determinadas funções), práticas (inclusive regras que o agente deve manter em função de sua posição) e relacionamentos (que podem ser internos, isto é, definidores, ou externos, isto é, contingentes), que delimitam as possibilidades para a ação humana intencional. Não é necessário, portanto, excluir as razões como causas dos eventos sociais. De fato, o realismo transcendental aceita completamente a “intromissão” dos valores nos eventos sociais, em contraste com a tradição positivista da “guilhotina de Hume”. O “realismo” da teoria social transcendental consiste justamente em identificar as estruturas sociais, que são as condições de possibilidade (necessárias mas não suficientes) das práticas sociais, entendidas como *intransitivas* aos agentes no momento de sua ação – embora não o sejam totalmente, na medida em que são transformáveis, como dito acima.

Duas implicações decorrem diretamente dessa concepção de processos sociais. Primeiro, uma série de limitações ao “naturalismo” – isto é, as ciências sociais só serão estudadas “cientificamente”, se o critério de cientificidade for qualificado. E segundo, as possibilidades de transformação das estruturas merecem ser estudadas, juntamente com a crítica das reflexões que os agentes fazem sobre suas próprias concepções¹⁴. As limitações ao naturalismo são as seguintes: (i)

¹⁴ Esta é a linha de investigação que Bhaskar segue, com sua “teoria das críticas explanatórias” em *Scientific Realism and Human Emancipation* (1986). Bhaskar deriva daí um realismo ético com implicações políticas, mas este ponto não será abordado neste trabalho.

os sistemas sociais são sistemas inerentemente abertos, tornando raro o isolamento de mecanismos causais (e *a fortiori* a regularidade de eventos); (ii) a interpretação da realidade social é mais dependente de concepções a respeito dessa realidade (i.e., o conhecido “problema da reflexibilidade” das ciências sociais); (iii) o critério de avaliação das teorias – as teorias são mais específicas a porções específicas do espaço-tempo – deve ser o poder explanatório, não a capacidade preditiva; e (iv) como dito acima, fatos/valores e razões/causas não são necessariamente separáveis, de modo que os objetos das ciências sociais dependem também das crenças dos agentes a respeito de tais objetos. Tais limites são denominados, respectivamente, de *epistemológico*, *relacional*, *ontológico* e *crítico* (Bhaskar, 1979: 44-64; 1998: xvi). Por um lado, as ciências sociais são passíveis de estudo científico no mesmo sentido das ciências naturais: tanto numa quanto noutra o propósito é descobrir os mecanismos causais geradores dos eventos empíricos, numa realidade estruturada e diferenciada, mediante a abdução. Por outro lado, esse naturalismo deve ser *qualificado* ou *crítico*, para levar em consideração as especificidades dos objetos do conhecimento científico-social. A contração de “realismo transcendental” e “naturalismo crítico” deu origem ao “realismo crítico”, a aplicação do realismo transcendental às ciências sociais.

O realismo crítico em economia foi desenvolvido por Tony Lawson em uma série de artigos (1989a, 1989b, 1992, 1994a, 1994b, 1995, 1996, 1997b 1997c, 1998) e sistematizado em seus dois livros (Lawson, 1997a e 2003). Uma série de outros autores, ligados à Universidade de Cambridge, têm aplicado o realismo crítico para a análise de escolas de pensamento econômico ou autores particulares (ver uma extensa lista em Lawson, 1997a: 300, n.20; e Fleetwood, 1997; para uma lista das análises realistas críticas em outras ciências sociais, ver Clive Lawson *et al.*, 1996: 138, n. 3). Existem diversas boas apresentações do realismo crítico (*e.g.* Lawson, 1995; 1997, Parte I; Vasconcelos *et al.*, 1999; Hands, 2001: 320-34; Dow, 2002, cap. 8; Lewis, 2003), de modo que o objetivo aqui é mais apontar aspectos específicos do argumento de Lawson, do que rerepresentá-lo.

Embora o foco de Lawson tenha mudado da análise da natureza da realidade pressuposta na ciência econômica, mediante uma aplicação do realismo crítico em *Economics and Reality* (1997a), para a análise das estratégias empregadas para explicar a realidade (isto é, a metodologia implícita) nas várias abordagens teóricas em economia em *Reorienting Economics* (2003), um tema é recorrente nas duas obras: a inadequação dos métodos explanatórios da moderna economia neoclássica à natureza dos objetos da realidade que essa corrente pretende explicar.

Lawson (1997a) parte do sentimento de “crise na Economia”, sua aparente falta de sucesso explicativo e preditivo quando comparada às ciências naturais, para introduzir o mote central do realismo crítico, *viz.*, a *precedência das questões ontológicas sobre as epistemológicas*, e mais especificamente sobre a adequação dos métodos de pesquisa social aos objetos da realidade social. De acordo com Lawson, os resultados insatisfatórios da economia como ciência devem-se ao apego

acrítico a um modelo de explanação que não pode ser aplicado às ciências sociais, devido a suas características específicas¹⁵. Este modelo de explanação ele chama de *dedutivismo*, uma justaposição da teoria da causalidade de Hume com o modelo D-N de Hempel¹⁶. Recentemente (Lawson, 2003, cap. 1; 2005) utilizou esse argumento para distinguir as correntes ortodoxas e heteorodoxas por sua adesão ou não ao “dedutivismo” – o que é, no mínimo, contestável (Peacock, 2004; Dow, 2004). De qualquer modo, segundo ele (2003: 32, n.11), a negligência de questões metodológicas se deve ao fato de tomar como certo que determinados métodos – considerados bem-sucedidos nas ciências naturais e assimilados à formalização matemática – possam ser empregados para analisar a realidade econômica. O questionamento dessa postura requer, pois, elaboração ontológica.

A ontologia social em Lawson é um refinamento de Bhaskar (1979). O mundo social é “aberto, estruturado, caracterizado por um alto grau de relacionalidade interna e intinsecamente dinâmico” (Lawson, 2004: 333; ver uma discussão mais detalhada em 2003: 35-53). O conceito de *abertura* já foi apresentado antes. Importa destacar que no mundo social as condições experimentais são em geral, inviáveis. Isso é um elemento adicional que faz Lawson rejeitar o formalismo em economia: não apenas ele pressupõe o determinismo das regularidades humeanas, como também que as condições intrínsecas e extrínsecas de fechamento sejam satisfeitas. Isso nos leva ao segundo aspecto: se a realidade não se caracteriza por regularidades de eventos, a irregularidade do nível empírico faz supor que haja um nível recôndito, mais profundo ou essencial, que governe, facilite ou impeça a manifestação de determinados eventos na superfície. A noção de *estratificação* e de *poderes emergentes* é a mesma de Bhaskar, apresentada *supra*. Contudo, neste ponto os “limites do naturalismo” se fazem mais claros: (i) no âmbito social os agentes sociais ocupam posições, desempenham funções e cumprem regras, definindo-se, em grande medida, pela sua posição na estrutura (*relacionalidade interna*); quando as relações são pontuais e contingentes, não mudando essencialmente os agentes, a relacionalidade é *externa*. Assim, os agentes apresentam um maior potencial de mudanças endógenas, principalmente porque (ii) o mundo social é basicamente dependente das concepções e valores dos agentes envolvidos na reprodução/transformação da estrutura social mediante suas práticas. Como em Bhaskar, estrutura e agência não podem ser reduzidas uma à outra, pressupondo-se mutuamente. Mais do que isso, os itens de um determinado nível da realidade podem combinar-se de modo a gerarem efeitos que são dependentes dos, mas irredutíveis aos, outros níveis da realidade, compondo um todo orgânico no qual as partes têm

¹⁵ Além de já ter sido submetido a pesadas críticas nas próprias ciências naturais, como vimos *supra*. Lawson não faz referência específica ao realismo científico em suas obras, embora cite alguns de seus autores de modo esparso.

¹⁶ Viskovatoff (1998) e Hands (1997, 2001) criticam corretamente a Lawson por justapor estes aspectos sob o mesmo rótulo. É fácil perceber que a economia neoclássica moderna, que é o alvo das críticas de Lawson, não está presa à busca de conjunções constantes de eventos, embora seja notoriamente dedutivista. Lawson (1998) responde que o modelo D-N *pressupõe* a causalidade humeana.

propriedades emergentes. Exemplos disso são os mecanismos de auto-reforço, de histerese e de sinergia. Tudo isso, adicionado ao fato de que os próprios agentes são entes estruturados (Archer, 2002), capazes de fazer escolhas reais (possibilidade de agir de modo contra-sensual, criativo, tanto quanto rotineiro e convencional), ao invés de seguirem algum algoritmo de racionalidade, torna a realidade social *intrinsecamente dinâmica*.

O caráter indeterminado, aberto e mutável da realidade social não a torna caótica ou não-teorizável. Neste ponto entra a contribuição epistemológica do realismo crítico em economia. A identificação de estruturas e mecanismos geradores dos eventos é mais difícil do que nas ciências naturais, pois são menos duráveis (ou mais restritos no espaço-tempo). Por outro lado, isso não implica que não possam ser analisados, mas sim que as pretensões epistemológicas (visando atingir um conhecimento universalizável) devem ser fortemente refreadas: (i) sem negar a possibilidade de predições de padrões de eventos, no sentido de tendências (transfactuals, em oposição à predição determinista ou probabilista de eventos), a atividade explanatória do realista crítico é muito mais “voltada para a explicação *ex post facto*” (*backward looking*) do que propriamente preditiva (*forward-looking*); (ii) se perguntados: “quais as garantias epistêmicas sobre as estruturas e mecanismos geradores?” (i.e., como ter certeza de que não exista uma multiplicidade de outros mecanismos causais candidatos a fatores explicativos dos eventos, se tais mecanismos não podem ser diretamente identificados e, pior, são contaminados pelas concepções dos agentes a respeito de sua própria atividade científica?), sua resposta desconsoladora será: “simplesmente não temos tais garantias”. Nosso conhecimento está fadado a ser falível, corrigível e transiente (Lawson, 1997a: 243). A saída, sem render-se ao relativismo, é reconhecer que o problema da identificação é geral, não específico à economia. Não reconhecer o falibilismo e o relativismo do conhecimento (sua especificidade aos problemas de interesse e às concepções dos sujeitos cognoscentes), é cometer a “falácia ôntica”, a presunção de que a análise da ontologia provê um conhecimento direto e incorrigível da realidade¹⁷. Seja isso um naturalismo qualificado ou um anti-naturalismo (Benton, 1981: 181), ou mesmo se isso não importa (Fine, 2004), o ponto está defendido: a realidade social é profundamente (essencialmente) diferente da realidade natural¹⁸, invalidando os modelos explanatórios em economia que se baseiam nas filosofias da ciência natural positivistas.

Fica claro que o realismo crítico é compatível com uma série de abordagens heterodoxas (como é expressamente reconhecido por Lawson, 2003: 32, n. 10), mas não se compromete com

¹⁷ Neste ponto os realistas críticos concordam inteiramente com Rorty (1989: 5) quanto diz que “o mundo está lá fora, mas as descrições dele não estão”. As implicações que os realistas tiram disso são, como veremos, diametralmente opostas às dos relativistas.

¹⁸ Keynes (1926: 262) é bastante claro a este respeito, em sua biografia de Edgeworth: “a hipótese orgânica, que funciona tão esplendidamente nas [ciências naturais], se desmancha nas [ciências humanas]. Enfrentamos a cada passo os problemas de unidade orgânica, de eventos discretos, de descontinuidades – o todo não é igual à soma das partes, as comparações quantitativas falham, pequenas mudanças produzem grandes efeitos e a hipótese de um continuum uniforme e homogêneo não é satisfeita”.

uma estratégia ou corrente de pensamento específica. Se por um lado suas afirmações são muito ousadas, postulando uma ontologia social com (um supostamente grande) potencial analítico, por outro lado, suas afirmações epistemológicas são cautelosas ou mesmo tímidas, afirmando que “não fazem o trabalho da própria ciência” ou que o realismo crítico é meramente uma “limpeza de terreno” (*underlabouring*) para a atividade científica substantiva¹⁹.

No entanto, o realismo crítico tem mais em “elaboração epistemológica” a oferecer. Sobre como obter conhecimento a respeito de mecanismos subjacentes não-observáveis, Lawson (1997a: 204-9) oferece o conceito de semi-regularidades (*demi-regularities* ou *demi-reg*s). Este conceito procura capturar tanto a regularidade de um fenômeno, como o fato de que tais regularidades não são duradouras. Assim, dizem Bhaskar e Lawson (1998: 13), elas são “falsas regularidades”, “regularidades parciais em forma bruta” (*rough-and-ready*), próximas ao conceito de “fatos estilizados” de Kaldor (o motivo para a mudança de nomenclatura é semântico; cf. 1997a: 208). De acordo com Lawson (1997a: 207-8), quando percebemos algum tipo de *padrão de eventos*, utilizando contrafactuais ou estatística descritiva, isso é um indício de que determinados mecanismos estão “despontando” ou são dominantes sobre outros, sendo, portanto, passíveis de análise científica. Não se deve pensar que o problema da indução, uma vez banido, volta nos braços das *demi-reg*s (como faz Baert, 1996: 518-9), pois o que causa o problema da indução é a generalização indevida. Mas se o realismo crítico afirma que o conhecimento é necessariamente local e parcial, não há problemas de indução ou de fundacionalismo envolvidos.

Neste aspecto, Lawson (1997a, cap. 17) faz uma ampla concessão ao “relativismo epistemológico”. Isso parece parte do espírito pluralista (em relação à heterodoxia) que Lawson quer adotar. Ele propõe uma noção de verdade não como “correspondência” (i.e., as teorias são verdadeiras se os eventos teóricos descritos são correspondentes aos eventos factualmente ocorrentes na realidade), mas sim de “verdade expressiva” (i.e., as teorias são verdadeiras ou falsas se forem expressões (condicionadas) de processos ocorrentes na realidade). Segundo ele (1997a: 240-1), o termo “verdade” tem tanto uma faceta referencial (verdade objetiva) quanto uma faceta expressiva (descrição teórica). A compatibilidade do realismo ontológico com o relativismo epistemológico é feita pelo conceito de “racionalidade de julgamento”, isto é, de que a escolha entre teorias será feita de acordo com o seguinte princípio: “será escolhida a teoria que, em seus próprios termos, tiver maior poder de iluminar uma realidade independente da mente” (1997a: 243). Ou seja, permite-se que todas as “posturas” interessadas (com suas perspectivas, valores e interesses diferenciados) apresentem suas teorias explicativas; será escolhida aquela que, por referência à

¹⁹ Enquanto Baert (1996: 519) interpreta isso como uma fraqueza, pois o realismo crítico é tão geral que “todos são realistas sem o saber, como o Monseieur Jourdain de Molière”, Lawson (2003: 28-30) acredita que isso é uma força, pois evita o dogmatismo e lhe permite conceber as várias correntes heterodoxas como partes complementares da divisão do trabalho no interior de um projeto comum, mais do que como abordagens concorrentes.

realidade objetiva (externa às concepções envolvidas) tiver maior capacidade de iluminar a produção do evento de interesse. Mais uma vez, não há garantias epistêmicas de conhecimento infalível, de expressões com significados invariantes (como cobram, por exemplo, Boylan e O’Gorman, 1995: 102), mas há o suposto realista de que tais expressões podem ser testadas objetivamente.

Sumariando, o que distingue o realismo crítico de outras posturas realistas em economia, é (i) a noção forte de sistemas abertos (isto é, em que as condições intrínsecas de fechamento não são satisfeitas) no mundo econômico. Pode-se argumentar que as tentativas de teorização em sistemas complexos removem apenas as condições extrínsecas de fechamento, não as intrínsecas (ver Lawson, 1995: 5); (ii) a concepção de que o sistema social é estruturado e orgânico, não podendo ser reduzido às práticas dos agentes, nem tais práticas à estrutura. A “decomposição” em suas partes constituintes implicaria mudanças em suas naturezas. Esse aspecto da realidade social leva à rejeição de qualquer forma de abstração que deturpe a natureza do objeto investigado (ver Lawson: 1997a: 244-6 e cap. 16). Além disso, o sistema social é intrinsecamente dinâmico, tanto no plano dos agentes como no das estruturas que lhe dão relativa estabilidade (a combinação de instituições com criatividade em Dequech (2005) é compatível com o realismo crítico); e (iii) não existem garantias epistêmicas de conhecimento absoluto: a verdade é objetiva, mas as concepções dela não. Embora não esteja claro se existem limites à reificação de nossas concepções preferidas, quando se adota uma ontologia de mecanismos subjacentes não-empíricos e argumentos transcendentais (Hands, 2001: 327-8), “a adoção de perspectivas realistas em economia decorre de seu sucesso no tratamento de uma ampla série de questões [i.e., como uma crítica sustentada do positivismo] da filosofia da ciência contemporânea” (Boylan e O’Gorman, 1995: 86). Isso não é pouco.

3. Correntes alternativas ao realismo crítico

Diversas outras correntes disputam com o realismo crítico o espaço na chamada filosofia da ciência pós-popperiana em economia. O objetivo dessa seção é apresentar várias dessas abordagens, ligadas a autores específicos (Mäki, McCloskey e Boylan e O’Gorman) e avaliações do estado atual da teoria econômica (Hausman, Cartwright e Rosenberg). Todas essas abordagens têm em comum o afastamento da metodologia popperiana tradicional (cujos defensores recentes não serão aqui abordados). A pergunta central é: “serão todos realistas?” Se a pergunta é feita nesse grau de generalidade, a resposta é “sim” (Lawson 1997a: 19, 38-9; 2002: 2). Para tentar identificar diferenças entre os autores, eles foram reagrupados em três categorias: (i) abordagens puramente descritivas da prática teórica, com mínimo ou nulo aporte crítico (Hausman, Cartwright e Mäki); (ii) abordagens que, em adição a isso, negam (ou são infensos) a tese de existência de realidade

independente (McCloskey); e (iii) abordagens que negam (ou são infensos) à tese de realidade estruturada em vários níveis (Boylan e O’Gorman e Rosenberg).

3.1. Análises filosóficas descritivistas

Cartwright (1989) e Hausman (1992) têm desenvolvido reabilitações metodológicas de Mill. Hausman procura entender a cientificidade da teoria econômica²⁰, estipulando quatro teses: (1) a economia se define em termos dos fatores causais com os quais opera, não em termos de uma área do conhecimento; (2) a economia, contudo, é uma área do conhecimento *distinta*, que é definida onde tais fatores causais predominam (a tese da “distintividade” ou *separeteness* da teoria econômica); (3) as leis dos fatores causais predominantes já são razoavelmente bem conhecidas; e (4) a teoria econômica, que emprega tais leis, fornece uma explicação completa, unificada, mas *inexata* de sua área (a tese da inexatidão ou *inexactness*) (Hausman, 1992: 90-1). Nesta visão, assim como em Mill, as predições empíricas falham, mas a teoria básica não, pois as leis são inexatas: os testes indicam a adequação ou não da aplicação de uma teoria, não seu valor de verdade. Assim, existem quatro interpretações em Hausman (1992: 128) para leis inexatas: (1) elas são verdades aproximadas, sujeitas a alguma margem de erro; (2) elas representam o comportamento usual ou médio; (3) elas são uma afirmação contrafactual de como as coisas *seriam* na ausência de perturbações; (4) elas são gerais sujeitas a cláusulas *ceteris paribus*.

Fica patente a intenção defensiva em relação à moderna economia neoclássica. As cláusulas *ceteris paribus* servem para proteger as teorias do teste empírico (exceto absurdos, como cães de seis patas ou agentes eternos, 1992: 133). Deve-se, portanto, impor limites ao uso de tais cláusulas. Esses limites são: que as teorias (1) estejam na forma de leis (*lawlikeness*); (2) sejam dignas de crédito (*reliability*); (3) sejam refináveis (*refinability*); e (4) que se possa justificar a desconfirmação (*excusability*) (Hausman, 1992: 139-41). Mas as justificativas para tais limites não são apresentadas, levando Hands a conjecturar que tais justificativas são convencionalistas. Segundo ele, Hausman adota uma *visão semântica das teorias*, pela qual teorias não são descrições, mas mapeamentos de modelos e hipóteses testáveis. A teoria é separada dos modelos e hipóteses. Existem afirmações empíricas sobre o mundo, mas elas não desconfirmam a teoria, meramente declaram que as porções do mundo que não puderem ser descritas pelo modelo A, não fazem parte da teoria A (Hands: 2001: 309-12).

Embora essa abordagem não seja exatamente um “vale tudo” (desde que algumas teorias neoclássicas são passíveis de crítica neste arcabouço), o que ela concebe em termos de ontologia? Três coisas: (a) que as tentativas de produzir condições de fechamento teórico em ambientes sociais são viáveis, não deturpando a natureza dos objetos estudados; (b) que as tendências (a operação de

²⁰ Identificada estreitamente, como apontou Hoover (1995), à teoria do equilíbrio: microeconomia, macroeconomia novo-clássica, teoria do equilíbrio geral e a maior parte da teoria dos jogos.

leis inexatas) são contrafactuais, e não transfactuais, denotando adesão ao realismo empírico (a idéia de que a realidade se esgota no nível empírico; de fato, Hausman (1998, 2000) afirma que as *todas* as entidades teóricas em economia são as de senso-comum²¹, concluindo disso a irrelevância de questões sobre realismo e anti-realismo em economia); (c) por isso, propõe uma mudança do foco das discussões metodológicas da ontologia para os “princípios básicos” de economia (Hausman, 1998: 211-2).

Nancy Cartwright²² é uma filósofa das ciências naturais, realista científica, que adota noções de tendências e capacidades na natureza numa posição assimilável à de Bhaskar. Porém, ao invés de perguntar “como é possível que os cientistas trabalhem?”, a pergunta de Cartwright é: “como eles trabalham?”. É a prática que define a cientificidade nas ciências naturais, não dogmas positivistas de coleta passiva de dados. Toda observação é *theory-laden*, mas nas práticas bem-sucedidas, as teorias científicas revelam as tendências e capacidades da natureza. O interesse nessa versão de realismo é que ela emprega o método de Mill e a prática econométrica como exemplos de suas proposições. De acordo com Cartwright, o teste econométrico sobre a função demanda $q = \alpha p + u$ é uma tentativa de inferir a capacidade do preço de afetar a quantidade demandada, estimada pelo parâmetro α , sujeita à ação perturbadora dos eventos aleatórios u . Isso estaria, segundo ela, de acordo com o modelo explanatório de Mill, em que as leis de tendência revelam capacidades que poderiam se revelar idealmente (em isolamento); se não o fazem, é pela operação de causas perturbadoras. De qualquer forma, as capacidades supostamente são estáveis e duradouras ao longo das mudanças no ambiente.

Da perspectiva realista, o que se pode dizer (sem a competência para ajuizar o valor da interpretação de Cartwright sobre a prática econométrica) é que de forma alguma as correlações econométricas implicam causalidade (como é trivial para qualquer aluno de graduação). Se a econometria pode ser utilizada para revelar padrões de eventos, é uma questão em debate no realismo crítico. Mas a estimação de uma função demanda não revela “capacidades dos preços” de afetar as quantidades, pois falta uma teoria da causação que redescreva o fenômeno em termos de *necessidade*. Além disso, teorias que empregam contrafactuais e idealizações têm grande risco de deformarem seu objeto (Fleetwood (2002) nota ironicamente que o chamado “método das aproximações sucessivas” acaba tornando-se o “método das falsificações sucessivas”). Por fim, observe-se que essa interpretação realista da econometria também pode dar margem a posturas complacentes com a moderna economia neoclássica.

Também complacente, se bem que não totalmente acrítica, é a posição do realismo científico de Uskali Mäki. Em uma série de artigos, Mäki (1989, 1990, 1992, 1995, 1996, 1998, 2002) se

²¹ Essa afirmação também é altamente contestável, pois os consumidores de senso comum não são os “consumidores” da teoria neoclássica (Mäki, 2000: 111).

²² Essa reconstituição tem por base Hands (2001: 313-20), uma vez que não tivemos acesso aos textos originais.

propõe a (i) analisar as teorias econômicas em termos das sentenças características do realismo filosófico; (ii) verificar a consistência entre uma e outra; e (iii) adaptar, criando novas formas de realismo, se necessário. O autor (2002) compara essa abordagem “de baixo para cima” isto é, das práticas teóricas dos economistas para o realismo filosófico, com a abordagem “de cima para baixo” dos que adotam uma concepção filosófica fixa, procuram analisar a adequação das teorias econômicas a essa concepção e, ao verificar a inadequação, sugerem mudanças na teoria [e.g. Lawson]. Mäki considera a abordagem “de cima para baixo” muito dogmática. Assim como Hausman, Mäki (2000) nega a existência de entidades não-observáveis nas teorias econômicas. A descrição de senso-comum e a teórica não são, porém, idênticas, e isso se deve aos rearranjos que o teórico faz nos elementos da descrição de senso comum (idealização, simplificação, abstração).

O preço a pagar quando se adota a abordagem “de baixo para cima” é que ela se torna principalmente descritiva e excessivamente inclusiva (deixando de fora apenas os relativistas e as abordagens construtivistas). Na taxonomia proposta por Mäki (1989, 1994, 1996) de fato, *todos somos realistas de algum tipo*. O “realista ontológico” é aquele que afirma a existência de algum objeto. O “realista referencial” afirma que os termos teóricos referem-se a algo que existe. O “realista representacional” afirma que os referentes teóricos atribuem propriedades aos objetos que existem, mesmo que tais propriedades sejam falsas. Finalmente, “o realista verístico” afirma que as teorias são verdadeiras ou falsas em virtude de como o mundo é. Note-se que nenhum tipo de realismo implica o outro, exceto o “realismo verístico”, que implica todos os demais. Podemos, por exemplo, dizer que firmas neoclássicas não existem, mas dizer que as teorias neoclássicas da firma referem-se a algo que existe no mundo. Neste caso, seríamos não-realistas ontológicos e realistas referenciais em relação a essa teoria. Colocando a questão do realismo em termos de tipos de teorias ou tipos de objetos, o realismo científico de Maki fica esvaziado de potencial crítico. Também torna difícil entender “que diferença faz” ser realista frente às outras abordagens metodológicas em economia²³ (como notaram Boylan e O’Gorman, 1995: 120-1; Hausman, 1998: 206-7).

3.2. A irrelevância do realismo para a retórica

As diatribes de Deirdre McCloskey contra a “visão recebida” em metodologia econômica são conhecidas, assim como o é a enorme polêmica, avaliação e crítica que se seguiram à aparição da retórica da economia em 1983 (ver McCloskey 1985, 1994; para uma perspectiva do debate no Brasil, ver as coletâneas organizadas por Rego, 1996 e Rego e Gala, 2003). Não é necessário reconstituir esses debates. Nesta incursão, o texto de apoio será McCloskey (2002) em que, no

²³ Mas não é surpreendente que, quando perguntados sobre o que diferencia seus respectivos “realismos”, Mäki responda que “a abordagem de Lawson me parece muito dogmática, quase religiosa” (conforme correspondência pessoal com o autor) e Lawson, por sua vez, considere que “ele [Mäki] não tem um compromisso ontológico próprio” (idem).

costumeiro tom provocativo, a autora se propõe a defender que “não se precisa de realismo quando se tem a retórica”. Assim como os metodólogos do grupo “descritivista”, McCloskey focaliza “o que os economistas realmente fazem”. A diferença é que a retórica da economia (que inclui ainda Arjo Klammer, Roy Weintraub e Philip Mirowski) nega a importância de qualquer aporte da filosofia da ciência (portanto externo à prática dos economistas) para a compreensão/aperfeiçoamento dessa prática.

Fora o aspecto irônico dessa injunção – que será ignorado aqui, pois McCloskey tem pouca estima por argumentos do tipo *tu quoque* – as perguntas relevantes, da perspectiva realista crítica, seriam: (i) qual é a racionalidade de julgamento de um retórico? (ii) quais são suas concepções ontológicas? e (iii) que tipo de realismo é sustentado pela retórica?

Os retóricos têm sido mal-interpretados como irracionalistas, o que é, *prima facie*, injustificado pela evidência textual (McCloskey, 2002: 334). Os critérios de validade científica, porém, são decididos e negociados sem apelo a alguma suposta realidade externa ao próprio discurso – ou aos interesses pragmáticos dos participantes (2002: 334). Essa concepção da escolha de teorias vale igualmente para outro tipo de abordagem, o construtivismo social de Latour, que é citado com aprovação (2002: 333). Também não é correto afirmar que os retóricos não tenham compromissos ontológicos, pois McCloskey admite que é necessário ser realista para resolver questões práticas, por exemplo, atravessar uma avenida de Roterdã numa manhã de segunda-feira, na hora do *rush*. Portanto, McCloskey também é um realista empírico (o que esclarece a frase de Bhaskar (1998: xiv) de que positivistas e hermeneutas partilham a mesma visão sobre os objetos da realidade; ou melhor, os hermeneutas superpõem uma filosofia relativista sobre uma base realista empírica). Todas as demais questões, incluindo as questões epistemológicas, os significados e as proposições, deverão ser negociados. “O que existe é aquilo que nos persuadimos de que existe, pois outras pessoas concordam que existe” é o resumo da exposição em (2002: 334-5), na parte em que “razão e evidências deveriam ser pensadas como partes da retórica”. Portanto, só podemos obter conhecimento contextualmente, como verdade expressiva: não há ponte epistemológica entre nossas concepções e a Realidade, de modo a estabelecer a Verdade. Para reiterar o ponto, só podemos conhecer a realidade (não a Realidade, quer ela exista quer não, 2002: 335) pela mediação de concepções e percepções, i.e., o conhecimento está imerso num inescapável oceano de práticas discursivas. Para minimizar o potencial de arbítrio no que conta como conhecimento válido, McCloskey volta ao tema da *Sprachethik* sob o novo nome de *realismo ético*. Ou seja, mais uma vez, as noções de “bem comum” e “valores comunitários” devem guiar as negociações sobre o conhecimento. Mesmo que essa “teoria angelical da verdade” (Mäki, 1995) fosse tomada como certa, não fica claro, pelo menos no próprio texto de McCloskey, como o conhecimento pode progredir. Como bem notou Lawson (1997a: 239), essa visão reconhece apenas a dimensão

transitiva da realidade. Em a consequência, não é possível distinguir as mudanças na realidade das mudanças no conhecimento. As primeiras passam despercebidas, enquanto as últimas são ininteligíveis.

3.3. O realismo empírico mais uma vez

Uma nova abordagem metodológica (ainda considerada um “*two men show*”), está sendo desenvolvida por Thomas Boylan e Paschal O’Gorman (1995), como “holismo causal”, uma síntese da tese de indeterminação de Quine (o “holismo” do rótulo) com o empirismo construtivista de Bas van Fraassen. De Quine eles incorporam a concepção de que a teoria é necessária para a observação (já que toda observação é *theory-laden*). De van Fraassen, eles utilizam a idéia de que teoria e explicação são aspectos distintos da atividade científica. A teoria fornece uma descrição acurada do mundo; as explicações são sempre contextuais e relativas ao sistema de crenças que as produzem. As explicações são o sub-produto, por assim dizer, de uma teoria empírica; são criadas por suas virtudes pragmáticas, não por seu status epistemológico. Assim, no esquema de van Fraassen, a teoria fica na dimensão epistêmica do conhecimento e a explicação na dimensão não-epistêmica (Boylan e O’Gorman, 1995: 4-6).

O que diferencia o holismo causal do empirismo construtivista e do realismo científico é a relação entre teoria, explicação e causalção. No realismo, explicações e mecanismos causais estão localizados na dimensão epistêmica. Em contraste, o empirismo construtivista os localiza na dimensão não-epistêmica. Uma vez que, nessa abordagem, o conceito de causalidade é antropomórfico e pragmático, não designando nada que exista no mundo real observável, o conhecimento deve se reduzir à detecção de regularidades. O holismo causal adota o segundo termo do rótulo por reposicionar a causalção no âmbito epistêmico. Seu objetivo é a identificação e descrição acurada de “causas observáveis”. Não há lugar para mecanismos geradores não empíricos. Por isso, os autores (1995: 7) sustentam que o holismo causal aumenta o rigor dos elos entre teoria, explicação e causa. A explicação, porém, como no empirismo construtivista, está na dimensão não-epistêmica, por ser invariavelmente contaminada por nossos interesses antropomórficos e pragmáticos.

A ontologia e a concepção de realismo do holismo causal são tão patentes, que dispensam comentários. Ele pressupõe uma realidade externa, objetiva, contra a qual as teorias possam ser avaliadas. Por outro lado, sua ontologia é composta apenas de eventos empíricos, negando status científico a quaisquer itens metafísicos (Hands chama isso de “ontofobia”). Um aspecto que partilha com a retórica e o realismo crítico é a falibilidade das explicações, partilhando, portanto, a concepção de verdade pragmática. Assim, avalia Hands (2002: 333-4), o holismo causal é uma

forma sagaz de empirismo radical que se desvia tanto do relativismo (embora incorpore algumas de suas concepções) quanto do fundacionalismo.

Se o holismo causal é uma forma de empirismo radical, a análise filosófica de Alexander Rosenberg, por sua vez, é uma forma de naturalismo radical. Assim como Hausman, o foco de sua atenção é a teoria microeconômica. Mas Rosenberg não faz qualquer discussão sobre a natureza da realidade, da teoria e a relação entre as duas. Tomando as ciências naturais como paradigma de cientificidade uma vez mais, seu objetivo é entender por que a economia não atinge os mesmos padrões científicos (Rosenberg, 1994), principalmente em termos de sucesso preditivo. As teorias econômicas têm um poder preditivo muito fraco (Rosenberg, 1992: 56); suas predições, quando obtidas, são muito genéricas (1992: 69) e, portanto, são inadequadas como base para a formulação de políticas (1992: 87).

A raiz do problema, segundo Rosenberg (1994: 224), é que a estrutura das explicações em economia recorre ao psicologismo (*folk psychology*). As razões (crenças, ações e desejos) dos agentes são entendidas como causas dos eventos. O autor aponta diversos problemas nessa concepção de causação: (i) se as razões são causas, as causas das razões são ainda razões, em regressão infinita; (ii) não há uma relação lógica entre razões e causas: afinal, as razões podem ser concepções errôneas ou dissimulações das causas verdadeiras; (iii) teorias apresentadas com esta concepção são falsas (se algum evento não se conformar às causas (razões) apresentadas) ou não-falseáveis (se forem feitos ajustamentos na teoria para acomodar os eventos a elas); e (iv) o vocabulário intencional é normativo, não designa nada significativo sobre o mundo (Hands, 2002: 337-8). Nestas condições, avalia Rosenberg (1983), a economia (i.e., a teoria do equilíbrio) ou é um ramo da matemática aplicada ou um ramo da filosofia política contratualista, mas não uma ciência empírica.

A pergunta a fazer, com McCloskey e outros, é: porque colocar a Economia neste leito de Procusto do cientismo? Além disso, essa visão naturalista não faz juz ao próprio Popper. Em terceiro lugar, se a ciência é uma atividade social, falível, corrigível, dinâmica, por que não levar em conta a concepção que os agentes têm de suas atividades sociais como um fator explicativo – e passível de correção ou substituição? Mais uma vez, o temor parece ser o da reificação de concepções particulares, dogmáticas, que as coloquem no papel de elementos objetivos, indiscutíveis da realidade, o velho fantasma dos positivistas lógicos e do jovem Popper. Será que uma boa dose de racionalismo crítico não seria suficiente para acalmar os nervos frágeis dos filósofos? Existe alguma outra alternativa, num mundo em que o conhecimento é mediado por concepções humanas, que não o pluralismo e a crítica?

4. Comentários finais

A motivação deste trabalho foi ampliar o debate em metodologia econômica, que parece ainda estar preso aos pólos do falseacionismo, de um lado, e da retórica, de outro. Isso foi feito apresentando as correntes realistas da filosofia da ciência e da metodologia econômica. Em particular, o trabalho focalizou o realismo crítico de Bhaskar e Lawson, mostrando suas origens no realismo científico em ciências naturais. Adicionalmente, foram apresentadas várias posições e avaliações em metodologia econômica e contrastadas com o realismo crítico. Várias questões podem ser desdobradas, a partir desse percurso, a respeito da relevância do realismo para a economia. Primeiro, Hausman tem razão quando diz que os termos do debate entre realistas e anti-realistas são diferentes nas ciências naturais e sociais. Mas disso não se segue que o realismo seja irrelevante. E isso não apenas porque o realismo tem um potencial esclarecedor (da coerência interna) e crítico das concepções teóricas, mas porque ele destaca a teoria da causação como necessidade natural.

Segundo, se todos são realistas de um tipo ou outro (Mäki, Lawson, Baert) ou se todas as concepções, realistas ou não, são inexoravelmente discursivas (McCloskey), isso também não implica que a questão do realismo é indiferente. Na verdade, a diferença não está na adesão ao “realismo local” de Mäki, mas sim nos tipos de compromissos ontológicos que cada corrente ou abordagem teórica assume no momento da teorização. A teoria “minimalista do realismo”, que estabelece o compromisso apenas com a existência de uma realidade externa (ou precedente) aos atos cognitivos, pode ser útil aqui. Pois se este compromisso mínimo puder ser feito, as teorias devem ser avaliadas, como no realismo crítico, por sua capacidade de iluminar aspectos dessa realidade. O trabalho da metodologia, nessa perspectiva, é revelar concepções (sobre a realidade e dos próprios agentes) e avaliá-las de acordo com seu poder explanatório. Para fugir do fundacionalismo ou do dogmatismo não é necessário excluir itens da ontologia, isto é, negar realidade às razões ou a mecanismos não-observáveis (afinal, a retórica já nos ensina que as razões estão sempre presentes, mesmo quando não são observáveis!), mas sim adotar uma concepção de realidade estruturada e profunda associadas à adoção séria do racionalismo crítico e do pluralismo pode levar numa direção mais construtiva.

Por fim, alguns comentários mais pragmáticos. Dow (2003) relaciona entre os itens da agenda de pesquisa do realismo crítico, a sua relação com as diversas escolas de pensamento, com a econometria e o desenvolvimento da teorização em sistemas abertos. Utilizando essa mesma lista, pode-se dizer que, quanto ao primeiro aspecto, não está claro como o realismo crítico pode compatibilizar escolas de pensamento com visões de mundo tão dispares como a marxista e a neo-austriaca. Isso não sugere apenas pluralidade de métodos ou divisão do trabalho dentro do realismo crítico. Sugere que mais reflexão e desenvolvimento de técnicas serão necessários na identificação

dos mecanismos subjacentes. Isso leva ao segundo aspecto. Parece que o realismo crítico é mais avesso à econometria “preditiva” do que à econometria “descritiva”. Nesse sentido, a econometria poderia revelar regularidades parciais, porções da realidade que requerem elaboração teórica, mas não implica, por si, em identificação de causalidades, capacidades ou o que seja. A econometria identifica apenas correlações estatísticas entre eventos empíricos. Finalmente, o conceito de sistemas abertos talvez seja o ponto do realismo crítico que merece maior destaque na ontologia da economia (Dow, 2003; Chick, 2003; Rotheim, 1998). Sua análise requer muito trabalho substantivo, que poderia começar pela elaboração ontológica de determinados aspectos ou itens supostamente significativos da realidade. Refiro-me aqui à necessidade de interpretar, de um ponto de vista realista crítico, noções cruciais como organicidade, auto-organização, *path-dependence*, incerteza fundamental, instituições e estrutura social como aspectos de sistemas abertos. Muito já está sendo feito. Muito mais resta a fazer.

Referências Bibliográficas

- Archer, Margareth (1995). *Realist Social Theory: The Morphogenetic Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Archer, Margareth (2002). “Realism and the Problem of Agency”. *Journal of Critical Realism*, **5**(1): 11-20.
- Backhouse, Roger E. (ed.) (1994). *New Directions in Economic Methodology*. London: Routledge.
- Baert, Patrick (1996). “Realist Philosophy of the Social Sciences and Economics: a critique”. *Cambridge Journal of Economics*, **20**: 513-522.
- Benton, Ted (1981). “Realism and Social Science: Some Comments on Roy Bhaskar’s ‘The Possibility of Naturalism’”. *Radical Philosophy*, **27**. Reimpresso em Edgley, R. e Osborne, R. (ed.) *Radical Philosophy Reader*. London: Verso, pp. 174-192.
- Bhaskar, Roy (1975). *A Realist Theory of Science*. 3rd ed. London: Verso, 1997.
- Bhaskar, Roy (1979). *The Possibility of Naturalism: A Philosophical Critique of the Contemporary Human Sciences*. 3rd ed. London: Routledge, 1998.
- Bhaskar, Roy (1998). “General Introduction”. in: Archer, M.; Bhaskar, R.; Collier, A.; Lawson, T. e Norrie, A. (eds.). *Critical Realism: Essential Readings*. London: Routledge, pp. ix-xxiv.
- Bhaskar, Roy e Lawson, Tony (1998). “Introduction: Basic Texts and Developments”. in: Archer, M.; Bhaskar, R.; Collier, A.; Lawson, T. e Norrie, A. (eds.). *Critical Realism: Essential Readings*. London: Routledge, pp. 3-15.
- Boylan, Thomas A. e O’Gorman, Paschal F. (1995). *Beyond Rhetoric and Realism in Economics: Towards a Reformulation of Economic Methodology*. London: Routledge.
- Boylan, Thomas A. e O’Gorman, Paschal F. (1997). “Critical Realism and Economics: A Causal Holist Critique”. *Ekonomia*, **1**(2): 9-21.
- Caldwell, Bruce J. (1982). *Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century*. London: George Allen & Unwin.
- Caldwell, Bruce J. (1991). “Clarifying Popper”. *Journal of Economic Literature*, **29**: 1-33.
- Cartwright, Nancy (1989). *Nature’s Capacities and their Measurement*. Oxford: Clarendon Press.
- Chick, Vitória (2003). “Sobre Sistemas Abertos”. *Revista da SEP*, **13**: 7-26.
- Churchland, Paul M. (1979). *Realism and the Plasticity of Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Collier, Andrew (1994). *Critical Realism: An Introduction to Roy Bhaskar’s Philosophy*. London: Verso.
- Cruickshank, Justin (2004). “Practical Knowledge and Realism: Linking Andrew Collier on Lay Knowledge to Karl Popper on the Philosophy of Science” in: Archer, M. (ed.) *Defending Objectivity: Essays in Honour of Andrew Collier*. London: Routledge, 129-142.
- Cruickshank, Justin (2005). “Linking Problem-Solving to Ontology in Sociological Research”. University of Birmingham, mimeo.
- Dequech, David (2005). “Institutions: A Concept for a Theory of Conformity and Innovation”. *Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia*, Natal, RN.
- Dow, Sheila C. (2002). *Economic Methodology: An Inquiry*. Oxford: Oxford University Press.
- Dow, Sheila C. (2003). “Critical Realism and Economics”. in: Downward, P. (ed.) *Applied Economics and the Critical Realist Critique*. London: Routledge, pp. 12-26.

- Dow, Sheila C. (2004). "Reorienting Economics: Some Epistemological Issues". *Journal of Economic Methodology*, **11**(3): 307-12.
- Fernández, Ramón G. (2003). "McCloskey, Mäki e a Verdade". In: Rego, J.M. e Gala, P. (orgs.) *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*. São Paulo: Editora 34, pp. 119-150.
- Fine, Ben (2004). "Addressing the Critical and the Real in Critical Realism". in: Lewis, P.A. (ed.) *Transforming Economics: Perspectives on the Critical Realist Project*. London: Routledge, pp. 202-26.
- Fleetwood, Steve (1997). "Situating Critical Realism in Economics". *Ekonomia*, **1**(2): 1-8.
- Fleetwood, Steve (2002). "Why Neoclassical Economics Explains Nothing at All". *Post-Autistic Economics Review*, **17**: article 2.
- Hands, D. Wade (1997). "Empirical Realism as Meta-Method: Tony Lawson on Neoclassical Economics". *Ekonomia*, **1**(2): 39-53.
- Hands, D. Wade (2001). *Reflection without Rules: Economic Methodology and Contemporary Social Science*. New York: Cambridge University Press.
- Hausman, Daniel M. (1992). *The Inexact and Separate Science of Economics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hausman, Daniel M. (1994). "Introduction". in: Hausman, D.M. (ed.) *The Philosophy of Economics: An Anthology*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-43.
- Hausman, Daniel M. (1998). "Problems with Realism in Economics". *Economics and Philosophy*, **14**: 185-213.
- Hausman, Daniel M. (2000). "Realist Philosophy and Methodology of Economics: What is it?". *Journal of Economic Methodology*, **7**(1): 127-133.
- Hoover, Kevin D. (1995). "Why Does Methodology Matter for Economics?". *Economic Journal*, **105**: 713-734.
- Keynes, John M. (1926). *Essays in Biography*. in: Moggridge, D.D. (ed.) *The Collected Writings of John Maynard Keynes* (30v.), v. 10. London: Macmillan, 1973.
- Lakatos, Imre (1970). "O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica". in: Lakatos, I. e Musgrave, A. (orgs.) *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1970, pp. 109-243.
- Lawson, Clive; Peacock, Mark e Pratten, Stephen (1996). "Realism, underlabouring and Institutions". *Cambridge Journal of Economics*, **20**: 137-151.
- Lawson, Tony (1989a). "Abstraction, Tendencies and Stylised Facts: A Realist Approach to Economic Analysis". *Cambridge Journal of Economics*, **13**: 59-78.
- Lawson, Tony (1989b). "Realism and Instrumentalism in the Development of Econometrics". *Oxford Economic Papers*, **41**: 236-58.
- Lawson, Tony (1992). "Realism, Closed Systems and Friedman". *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, **10**: 149-69.
- Lawson, Tony (1994a). "Methodology" e "Realism, Philosophical". In: Hodgson, G.M.; Samuels, W.J. e Tool, Marc R. (eds.) *The Elgar Companion to Institutional and Evolutionary Economics* (2v.), v. 2, pp. 67-72; 219-25. Aldershot: Edward Elgar.
- Lawson, Tony (1994b). "A Realist Theory for Economics". in: Backhouse, R.E. (ed.) *New Directions in Economic Methodology*. London: Routledge, pp. 257-85.
- Lawson, Tony (1995). "A Realist Perspective on Contemporary 'Economic Theory'". *Journal of Economic Issues*, **29**(1): 1-32.
- Lawson, Tony (1996). "Developments in Economics as Realist Social Theory". *Review of Social Theory*, **54**(4): 405-22.
- Lawson, Tony (1997a). *Economics and Reality*. London: Routledge.
- Lawson, Tony (1997b). "Critical Issues in Economics as Realist Social Theory". *Ekonomia*, **1**(2): 75-117.
- Lawson, Tony (1997c). "Economics as a Distinct Social Science? On the Nature, Scope and Method of Economics". *Economie Appliquée*, **50**(2): 5-35.
- Lawson, Tony (1998). "Clarifying and Developing the Economics and Reality Project: Closed and Open Systems, Deductivism, Prediction and Teaching". *Review of Social Economy*, **56**(3): 356-75.
- Lawson, Tony (2002). "Social Explanation and Popper". University of Cambridge, mimeo.
- Lawson, Tony (2003). *Reorienting Economics*. London: Routledge.
- Lawson, Tony (2004). "Reorienting Economics: On Heterodox Economics, Themata and the Use of Mathematics in Economics". *Journal of Economic Methodology*, **11**(3): 329-40.
- Lawson, Tony (2005). "The Nature of Heterodox Economics". Artigo apresentado no X Encontro Anual de Economia Política, Campinas, SP.
- Leplin, Jarrett (1988). "Is Essentialism Unscientific?" *Philosophy of Science*, **55**(4): 493-510.
- Leplin, Jarrett (1997). *A Novel Defense of Scientific Realism*. New York: Oxford University Press.
- Lewis, Paul A. (2003). "Recent Developments in Economic Methodology: The Rhetorical and Ontological Turns". *Foundations of Science*, **8**: 51-68.
- Mäki, Uskali (1989). "On the Problem of Realism in Economics". *Ricerche Economiche*, **43**: 176-97.
- Mäki, Uskali (1990). "Scientific Realism and Austrian Explanation". *Review of Political Economy*, **2**(3): 310-44.
- Mäki, Uskali (1990). "Friedman and Realism". *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, **10**: 171-95.
- Mäki, Uskali (1994). "Reorienting the Assumptions Issue". in: Backhouse, R.E. (ed.) *New Directions in Economic Methodology*. London: Routledge, pp. 236-56.

- Mäki, Uskali (1995). "Diagnosing McCloskey". *Journal of Economic Literature*, **33**: 1300-18.
- Mäki, Uskali (1996). "Scientific Realism and Some Peculiarities of Realism about Economics". in: Cohen, R.S.; Hilpinen, R. e Renzong, Q. (eds.) *Realism and Anti-Realism in the Philosophy of Science*. Dordrech: Kluwer, pp. 427-47.
- Mäki, Uskali (1998). "Is Coase a Realist?". *Philosophy of the Social Sciences*, **28**: 5-31.
- Mäki, Uskali (2000). "Reclaiming Relevant Realism". *Journal of Economic Methodology*, **7(1)**: 109-25.
- Mäki, Uskali (2002). "The Dismal Queen of Social Sciences". in: Mäki, U. (ed.) *Fact and Fiction in Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-32.
- Marin, Solange R. e Fernández, Ramón G. (2004). "Karl Raimund Popper: um filósofo e três abordagens da metodologia da economia". *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica*, Caxambu, MG.
- McCloskey, Donald N. (1985). *The Rhetoric of Economics*. Maddison: University of Wisconsin Press.
- McCloskey, Donald N. (1994). *Knowledge and Persuasion in Economics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- McCloskey, Donald N. (1995). "Modern Epistemology Against Analytic Philosophy: A Reply to Mäki". *Journal of Economic Literature*, **33**: 1319-23.
- McCloskey, Deirdre N. (2002). "You Shouldn't Want a Realism if You Have a Rhetoric". in: Mäki, U. (ed.) *Fact and Fiction in Economics*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 329-340.
- Mirowski, Philip (1989). "The Philosophical Basis of Institutional Economics". *Journal of Economic Issues*, **21(3)**: 1001-38.
- Niiniluoto, Ilkka (1999). *Critical Scientific Realism*. Oxford: Oxford University Press.
- Nola, Robert (1988). "Introduction: some issues concerning relativism and realism in science". In: Nola, R. (ed.) *Relativism and Realism*. Dordrecht: Kluwer Academic, pp. 1-35.
- Peacock, Mark (2004). "No Methodology without Ontology! Reorienting Economics". *Journal of Economic Methodology*, **11(3)**: 313-9.
- Peter, Fabienne (2001). Rhetoric vs. Realism in Economic Methodology: A Critical Assessment of Recent Contributions". *Cambridge Journal of Economics*, **25**: 571-89.
- Pheby, John (1985). "Are Popperian Criticisms of Keynes Justified?" in: Lawson, T. e Pesaran, H. (ed.) *Keynes' Economics: Methodological Issues*. London: Routledge, pp. 99-115.
- Pheby, John (1988). *Methodology and Economics: A Critical Introduction*. Basingstoke: Macmillan.
- Popper, Karl (1963). "Conjecturas e Refutações". in: *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Editora da UnB, 1980, pp. 63-88.
- Popper, Karl (1982). *An Open Universe: An Argument for Indeterminism*. Ed. William W. Bartley. London: Routledge.
- Popper, Karl (1983). *Realism and the Aim of Science*. Ed. William W. Bartley. London: Routledge.
- Popper, Karl (1990). *A Word of Propensities*. Bristol: Thoemmes Antiquarian Books
- Quine, Willard O. (1953). "Two Dogmas of Empiricism" in: *From a Logical Point of View*. Cambridge, MA: Harvard University Press, pp. 20-46.
- Rego, José Marcio (org.) (1996). *Retórica na Economia*. São Paulo: Editora 34.
- Rego, José Marcio e Gala, Paulo (orgs.) (2003). *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*. São Paulo: Editora 34.
- Rosenberg, Alexander (1983). "If Economics isn't Science, What is It?". *The Philosophical Forum*, **14(3-4)**: 296-314. Reimpresso em Hausman, D.M. (ed.) *The Philosophy of Economics: An Anthology*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp. 376-94.
- Rosenberg, Alexander (1992). *Economics – Mathematical Politics or Science of Diminishing Returns?* Chicago: University of Chicago Press.
- Rosenberg, Alexander (1994). "What is the Cognitive Status of Economic Theory?" in: Backhouse, R.E. (ed.) *New Directions in Economic Methodology*. London: Routledge, pp. 216-35.
- Rothem, Roy (1998). "On Closed Systems and the Language of Economic Discourse". *Review of Social Economy*, **56(3)**: 324-334.
- Runde, Jochen (1996). "On Popper, Probabilities and Propensities". *Review of Social Economy*, **54(4)**: 465-485.
- Sayer, Andrew (1992). *Method in Social Science: A Realist Approach*. London: Routledge.
- Sellars, Wilfrid (1962). *Science, Perception and Reality*. New York: Humanities Press.
- Vasconcelos, Marcos R.; Strachman, Eduardo e Fucidji, José Ricardo (1999). "O Realismo Crítico e as Controvérsias Metodológicas Contemporâneas em Economia". *Estudos Econômicos*, **29(3)**: 415-445.
- Viskovatoff, Alex (1998). "Is Gerard Deebreu a Deductivist? Commentary on Tony Lawson's *Economics and Reality*". *Review of Social Economy*, **56(3)**: 335-346.